

Unirio
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Escola de Serviço Social
Disciplina Formação social, política e econômica do Brasil
Prof. Rodrigo Castelo

Legislação abolicionista no Brasil (1831-1888)

1831

Lei que proíbe o comércio de pessoas escravizadas

1850

Lei Eusébio de Queiroz: reafirmação da proibição do comércio negro

1865

Sob ordem do Imperador, o Conselho de Estado analisa (e rejeita) debate sobre o fim da escravidão no médio e longo prazos.

1866, 06 de novembro

Decreto imperial concede liberdade aos escravizados que prestavam serviços ao Exército

1869

Lei sobre a família escrava: proibição de separação das famílias de escravizadas/os

Art. 2º "Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciaes, é proibido, sob pena de nullidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 annos." Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html>

1871, 28 de setembro

Lei do Ventre Livre (65 votos a favor, 45 contra, a maioria do Sudeste e Sul)

“O projeto talvez pusesse um paradeiro à agitação abolicionista. Essa era, de fato, a ideia do próprio ministro Rio Branco: reformar para evitar maior radicalização”. (Da Costa, 2010, p.53)

“Apesar do tom alarmado dos que se manifestaram na Câmara contra o projeto, este de fato, como dizia o ministro, representava uma medida protelatária e moderada, que visava conciliar o interesse dos proprietários com a pressão abolicionista”. (Da Costa, 2010, p.54)

1885

Lei dos Sexagenários, ou Lei Saraiva-Cotegipe

“A Lei dos Sexagenários foi uma tentativa desesperada daqueles que se apegavam à escravidão para deter a marcha do processo. Mas era tarde demais. O povo arrebatara das mãos das elites a direção do movimento”. (Da Costa, 2010, p.90)

1888, 13 de maio

Lei Áurea: abolição formal-jurídica da escravidão

Projeto de lei apresentado pelo Executivo, no dia 8 de maio, foi aprovado com 83 votos a favor e 9 contra (um de Pernambuco e 8 do Rio de Janeiro, todos do Partido Conservador)